



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Indicadores de qualidade da auditoria: o modelo português

Por

Carolina Gomes Baltazar

Católica Porto Business School
Abril 2022



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Indicadores de qualidade da auditoria: o modelo português

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Carolina Gomes Baltazar

sob orientação de
Professora Doutora Luísa Anacoreta

Católica Porto Business School
Abril 2022

Resumo

Dada a crescente preocupação dos *stakeholders* da auditoria com a qualidade e dado o modo controverso como o tema tem sido abordado pela literatura, quer no que toca à criação de uma definição para qualidade da auditoria, como para a procura de métricas capazes de quantificar eficazmente esta qualidade, surge o presente estudo como uma oportunidade de reunir a literatura que aborda esta temática, assim como fazer uma análise qualitativa das iniciativas de diversos reguladores para encontrar um modelo adequado para medir e analisar a qualidade da auditoria.

Este estudo visa analisar três modelos propostos por órgãos estrangeiros, nomeadamente o modelo proposto pelo PCAOB (EUA), NBA (Holanda) e FRC (Reino Unido) e utilizar estes modelos para analisar o novo modelo português, divulgado pela CMVM, enquadrando-o na dinâmica internacional.

Este estudo permite concluir que apesar da fase de desenvolvimento em que o modelo se encontra, existem questões fundamentais que irão ditar o seu sucesso, nomeadamente a seleção e divulgação das métricas, a necessidade de comparabilidade da informação, a importância da narrativa como instrumento de interpretação correta das métricas e a adequação das métricas às dinâmicas do mercado. É conclusão deste estudo análise que a introdução de AQIs no mercado português beneficiará os stakeholders e poderá conferir ao mercado da auditoria mais transparência, mais informação e mais competitividade com base na qualidade.

Palavras-chave: Auditoria; Qualidade da auditoria; Indicadores de qualidade da auditoria.

Nº de palavras: 9 986

Abstract

Given the growing concern of audit stakeholders with audit quality and the controversial way this topic has been approached by the literature, both in terms of creating a definition for audit quality and in looking for metrics capable of effectively quantifying quality, the present study appears as an opportunity to gather the literature that addresses this topic, as well as to analyze the initiatives of several regulators to find an adequate model to measure and evaluate audit quality.

This study aims to analyze three models proposed by foreign bodies, namely the model proposed by the PCAOB (USA), NBA (Netherlands) and FRC (United Kingdom) and using these models to analyze the new portuguese model, released by the CMVM, framing it in international dynamics.

This study allows us to conclude that despite the development stage of the model, there are fundamental issues that will dictate its success, namely the selection and disclosure of the metrics, the need for comparability of information, the importance of the narrative as a tool for correct interpretation of metrics and the adequacy of metrics to market dynamics. The conclusion of this study is that the introduction of AQIs in the portuguese market will benefit stakeholders and can provide the audit market with more transparency, more information and more competitiveness based on quality.

Keywords: Audit; Audit Quality; Audit Quality Indicators.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice.....	vi
Índice de Tabelas.....	viii
Glossário.....	x
Introdução.....	12
Capítulo 1. Revisão de Literatura.....	16
1.1. Definição de qualidade da auditoria.....	16
1.2. Modelos da qualidade da auditoria.....	18
1.3. Componentes da qualidade da auditoria.....	22
1.3.1. <i>Inputs</i> da auditoria.....	22
1.3.2. Processo de auditoria.....	23
1.3.3. <i>Output</i> da auditoria.....	23
1.3.4. Contexto.....	24
1.4. Métricas para a qualidade da auditoria: os AQI.....	25
1.4.1. Indicadores de qualidade da auditoria.....	26
1.4.2. Comunicação de indicadores de qualidade da auditoria.....	27
Capítulo 2. Metodologia.....	31
Capítulo 3. Resultados e discussão.....	33
3.1. Iniciativas de AQI a nível internacional.....	33
3.1.1. PCAOB.....	35
3.1.2. FRC.....	36
3.1.3. NBA.....	37
3.2. O modelo de AQI português.....	39
3.2.1. Bases conceptuais do modelo.....	39
3.2.2. Estrutura do modelo de AQI português.....	39
3.2.3. Resposta à consulta do modelo português.....	41
3.3. Discussão.....	42
Capítulo 4. Conclusões.....	48
Bibliografia.....	53
Anexos.....	59

Índice de Tabelas

Tabela 1. Linhas gerais das iniciativas de AQI a nível internacional34

Tabela 2. Indicadores de qualidade da auditoria no modelo português40

Glossário

AQI – Audit Quality Indicators, ou Indicadores de qualidade da auditoria

QA – Qualidade da Auditoria

EIP – Entidade(s) de Interesse Público

ROC/ROCS - Revisor(es) Oficiais de Contas

SROC/SROCS - Sociedade(s) de Revisores Oficiais de Contas

FRC – Financial Reporting Council

NBA – Nederlandse Beroepsorganisatie van Accountants,

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

CAQ – Center for Audit Quality

FAOA – Federal Audit Oversight Authority

CPAB – Canadian Public Accountability Board

CAANZ – Chartered Accountants of Australia and New Zealand

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

ACRA – Accounting and Corporate Regulatory Authority

FEE – Federation of European Accountants

Introdução

A qualidade da auditoria (QA) tem um papel fundamental na manutenção de um mercado de capitais eficiente, uma vez que a profissão de auditoria garante a implementação das normas contabilísticas pelas entidades que as reportam e que as demonstrações financeiras são confiáveis, transparentes e úteis para o mercado. Desta forma a auditoria mostra-se uma peça fundamental das estruturas de regulamentação e supervisão e é por esta razão uma atividade de grande interesse público (Neri & Russo, 2014).

Nas últimas décadas, a QA tem sido alvo de debate, nomeadamente como defini-la e qual o melhor sistema para a avaliar. Esta questão tomou particular relevância no seguimento dos grandes escândalos financeiros e da crise financeira do início deste século que conduziram à degradação da opinião pública do relato financeiro e da auditoria, que levaram os investidores a questionarem a qualidade com que este serviço estava a ser prestado (Little Jr. & Lehkamp, 2018).

A gravidade destes acontecimentos reside no facto de o valor da auditoria se basear na confiança e na credibilidade da opinião emitida, o que exige que haja uma relação intrínseca entre a qualidade e esta profissão (Dickins et al., 2014).

A melhoria da QA e a sua monitorização é por estas razões da maior importância para reguladores, órgãos de supervisão, ordens profissionais e firmas de auditoria, tendo sido o seu foco encontrar indicadores capazes de quantificar e avaliar eficazmente a QA (FEE, 2016).

Por estas razões, nos últimos anos assiste-se a um número crescente de entidades de supervisão a desenvolver modelos com vista a melhorar a QA. Podemos distinguir destes o modelo publicado em 2008 pelo Financial Reporting Council no Reino Unido (FRC, 2008), o “*AQI Project*” desenvolvido pela PCAOB

nos Estados Unidos da América (PCAOB, 2013), o modelo do NBA, ordem profissional holandesa, de 2016 (NBA, 2016), sendo que estes modelos definem um conjunto de métricas para avaliar a QA.

É neste contexto que, em fevereiro de 2020, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários veio divulgar o “Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria”, com o objetivo de identificar as métricas e indicadores que permitam operacionalizar o conceito de QA e promover uma cultura de qualidade no mercado da auditoria (CMVM, 2020). Este modelo criou assim uma oportunidade de investigação destas métricas no mercado português.

É na ótica da melhoria da QA e aumento da transparência, que se centra a presente dissertação, que tem como objetivo analisar o enquadramento do novo modelo de AQI desenvolvido pela CMVM, comparando-o com os modelos internacionais de referência de forma a encontrar sugestões de melhoria ou levantar questões críticas que poderão ser tidas em conta no futuro da aplicação do modelo. Este trabalho pretende ainda identificar pistas para investigação futura potenciada pela divulgação de métricas de avaliação da qualidade de auditoria.

Espera-se que este estudo contribua para a melhoria da qualidade da auditoria no sentido em que permite às partes interessadas, numa primeira instância, perceber o enquadramento internacional do novo sistema baseado em AQI da CMVM e perceber as principais diferenças entre o sistema português e outros já implementados. Pretende-se que este trabalho auxilie as empresas de auditoria e investidores a perceber as mais-valias e as limitações destas métricas. E que, por outro lado, contribua para a literatura proporcionando uma visão abrangente e introdutória deste novo modelo da CMVM e sugerindo novos potenciais temas para investigação futura.

A presente dissertação estrutura-se iniciando com uma revisão de literatura (capítulo 1) existente que toma início com uma abordagem teórica ao conceito de

QA, seguindo um estudo dos principais modelos e componentes da QA e passando ainda a uma análise das métricas para a QA. Seguidamente no capítulo 2, dedicado à metodologia, é abordado o método de investigação e procedimentos. No capítulo 3 são expostos os resultados da análise efetuada. Por fim no capítulo 4 são apresentadas as conclusões, limitações inerentes a este trabalho e ainda pistas para futura investigação.

Capítulo 1

Revisão de Literatura

1.1. Definição de Qualidade da Auditoria

A qualidade da auditoria é um tema complexo e abstrato, daí ser tão controversa a criação de uma definição e de métricas eficazes para a avaliar (Dickins et al., 2014).

Definir e medir a qualidade da auditoria permite às partes interessadas acompanhar a sua evolução, identificar auditorias com baixa qualidade e ao mesmo tempo fornecer incentivos às firmas para investir em iniciativas que promovam a qualidade (Christensen et al., 2016).

Em primeira instância, é importante perceber que a QA é percebida de forma diferente pelas diversas partes interessadas, ou seja, essa definição será diferente para o regulador, auditor, utilizador das demonstrações financeiras ou para qualquer outro *stakeholder* do processo de reporte financeiro, e estas visões distintas influenciam o tipo de indicadores utilizados para a avaliar (Knechel et al., 2013).

Devido a esta característica da qualidade da auditoria, é impossível encontrar uma definição aceite transversalmente. Existem, no entanto, algumas definições reconhecidas na literatura nomeadamente a de DeAngelo (1981a), GAO (2003), PCAOB (2013) e IAASB (2014).

Uma das definições mais aceite é de DeAngelo (1981a), que define qualidade da auditoria como a probabilidade percebida pelo mercado de um determinado auditor encontrar uma distorção nas demonstrações financeiras do cliente e reportar essa mesma distorção. Esta definição permite dividir a qualidade da auditoria em duas vertentes: uma relacionada com a capacidade de auditor

encontrar as distorções existentes que tem que ver com a sua competência e conhecimento, e outra com o auditor agir de forma adequada relativamente a essas distorções que está relacionada com a independência do auditor e o ceticismo profissional que se relaciona com a probabilidade de o auditor corrigir (via ajustamentos) ou comunicar (via relatório de auditoria) as distorções encontradas (Knechel, 2016).

O Government Accountability Office, dos EUA, em 2003, afirma que uma auditoria com qualidade é aquela que é executada “de acordo com as normas geralmente aceites de auditoria para proporcionarem segurança razoável que as demonstrações financeiras auditadas e as divulgações relacionadas são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e não estão materialmente distorcidas devido a erros ou fraudes” (GAO, 2003, 13).

De acordo com o Framework for Audit Quality, emitido pelo IAASB (2013), o objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras. Este objetivo é alcançado através da obtenção de prova suficiente e apropriada pelo auditor de forma a emitir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão, em todos os aspetos materiais, de acordo com as normas de reporte financeiro aplicáveis (IAASB, 2014).

Numa perspetiva diferente, a PCAOB (2013) define a qualidade da auditoria como ir de encontro às necessidades dos investidores através de auditorias independentes e credíveis, e ainda através da comunicação robusta com o órgão de fiscalização relativamente às demonstrações financeiras e divulgações, controlo interno e eventuais preocupações e riscos potenciais (PCAOB, 2013).

DeFond e Zhang (2014) na definição qualidade da auditoria argumentam que esta vai para além da simples ausência de distorções materiais e da deteção e reporte das violações das normas contabilísticas, mas parte também da garantia de que as demonstrações financeiras refletem a realidade económico-financeira da entidade. Assim o auditor é responsável por assegurar um nível de qualidade

de reporte financeiro que excede o cumprimento mecânico das normas contabilísticas (DeFond & Zhang, 2014).

Assim, tradicionalmente, as definições existentes baseiam-se nas responsabilidades do auditor em termos do processo e objetivo da auditoria ou ainda na deteção de distorções e o resultado da auditoria. No entanto, há ainda algumas definições cujo foco se distingue das anteriores, como é o caso de Carcello et al. (2002), que relaciona a qualidade da auditoria com a quantidade de trabalho de auditoria realizado e de Peecher & Piercey (2008) que se foca na “baixa qualidade de auditoria” através da definição de resultados adversos da auditoria.

Apesar das variadas abordagens à definição de qualidade da auditoria, é consensual que a auditoria é essencial ao funcionamento eficiente do mercado de capitais, e como tal melhorar a qualidade da auditoria é um objetivo importante.

1.2. Modelos da Qualidade da auditoria

A QA não é observável, nem pode ser definido com base em critérios objetivos, sendo percecionado de modo diferente pelos diferentes utilizadores da informação financeira (Brivot et al., 2018). Apesar desta característica, existe um conjunto de iniciativas com o objetivo de analisar e caracterizar a QA.

O presente subcapítulo tem como objetivo investigar alguns dos modelos desenvolvidos neste sentido, os modelos abordados são análogos no que toca ao seu objetivo e estruturas, tendo como objetivo analisar as diferentes forças que influenciam a qualidade do serviço de auditoria. Entre eles destacam-se alguns de teor académico-científico (por exemplo Francis, 2011; Knechel et al., 2013), modelos desenvolvidos por órgãos reguladores (por exemplo, FRC, 2008; IAASB, 2014) e outros desenvolvidos por outras organizações (por exemplo, CAQ, 2014).

A primeira iniciativa formal para a promoção da QA foi desenvolvida pelo Financial Reporting Council (FRC, 2006), o qual inspirou o desenvolvimento da

publicação do “*Audit Quality Framework*” (FRC, 2008), que define cinco vetores da QA: (1) a cultura da firma; (2) as competências dos recursos humanos; (3) a eficácia do processo; (4) a confiança no reporte financeiro e (5) fatores fora do controlo do auditor.

Segundo Holm & Zaman (2012), que analisam as respostas das ordens profissionais, sociedades de auditoria e investidores a este modelo, o projeto foi considerado uma resposta insuficiente às problemáticas da QA.

Posteriormente, Francis (2011) desenvolveu o “*Framework for understanding and researching audit quality*”, modelo que tem como objetivo estudar fatores associados à qualidade da auditoria ao nível do projeto.

Francis (2011) nota que a qualidade da auditoria se trata de um conceito complexo com diferentes extensões. Este modelo estrutura o ambiente em seis níveis de análise: (1) *inputs* da auditoria; (2) processo de auditoria; (3) sociedades de auditoria; (4) indústria e mercado da auditoria; (5) reguladores e supervisores e (6) consequências económicas do resultado da auditoria.

Segundo Francis (2011), o modelo começa com dois inputs do processo de auditoria, adicionais às demonstrações financeiras do cliente, (1) os testes de auditoria e (2) constituição da equipa por projeto. O nível seguinte do modelo analisa o processo de auditoria. Esta fase diz respeito aos julgamentos e decisões tomadas pela equipa de auditoria com base nos testes específicos a serem implementados, a interpretação das evidências oriundas desses mesmos testes e a decisão última ao nível do projeto na emissão do relatório de auditoria. Adicionalmente, o processo tem lugar no contexto da sociedade de auditoria, influenciando este o resultado final da auditoria, através da política da contratação, formação e compensação dos colaboradores assim como através dos procedimentos prescritos pela sociedade. Por outro lado, a indústria constituída pela coletividade de sociedades de auditoria e a estrutura desta afeta os mercados e o comportamento económico. Finalmente, a situação contextual mais alargada

influencia por sua vez os incentivos e comportamentos dos auditores e das próprias sociedades.

Em 2013, Knechel et al. (2013) desenvolveu um *balanced scorecard* para a QA, utilizando quatro categorias: *input*, processo, *output* e contexto. O modelo de Knechel et al. (2013), revela-se mais abrangente do que o de Francis (2011) uma vez que, para além de se basear em literatura existente, teve por base também investigação comportamental e experimental. Neste modelo os *inputs* incluem os incentivos e a motivação para a QA, ou seja, os incentivos para o cumprimento das normas e regulamentos, o custo de potenciais litígios e potenciais perda devido a reputação, incluem ainda os conhecimentos e competências da equipa de auditoria, bem como o nível intrínseco de ceticismo profissional. No que toca ao processo de auditoria, está-se perante fatores do auditor como julgamento profissional, capacidade de avaliar o risco, procedimentos analíticos e de obtenção e avaliação da prova de auditoria, procedimentos ligados ao controlo de qualidade. Finalmente, o *output* da auditoria refere-se fundamentalmente ao relatório de auditoria e da qualidade das demonstrações financeiras, mas também de resultados adversos como litígios contra o auditor. Já o fator contextual deste modelo refere-se a características como perceção do mercado sobre a qualidade da auditoria, incentivos, honorários.

O *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) publicou, em fevereiro de 2014, o "*Framework for Audit Quality*". Este modelo descreve os fatores que contribuem para a qualidade da auditoria ao nível do projeto, ao nível da sociedade de auditoria e a nível nacional. O objetivo do modelo é gerar entendimento acerca dos elementos-chave da qualidade da auditoria e encorajar os stakeholders a encontrar formas de melhorar a qualidade da auditoria e possibilitar um maior diálogo entre eles sobre este tópico (IAASB, 2014).

O modelo distingue cinco fatores sendo eles: 1. Inputs; 2. Processo; 3. Outputs; 4. Interações com a cadeia de reporte financeiro e 5. Fatores contextuais. Apesar

de as definições de cada um dos fatores se aproximar dos modelos anteriores, o modelo do IAASB distingue-se por analisar inputs, processo e outputs a diferentes níveis de análise (ao nível da equipa/auditor, ao nível da firma e a nível nacional).

O Center for Audit Quality (CAQ, 2014), publicou em 2014, o “CAQ approach to audit quality indicators”, que estrutura a QA em quatro vetores, para os quais define indicadores de qualidade. Os vetores são: (1) liderança e “*tone at the top*” sendo que este vetor inclui se a liderança se encontra envolvida e é exemplo de cumprimento das normas, de independência e objetividade; (2) Conhecimento, experiência e carga horária da equipa de auditoria; (3) Monitorização, que diz respeito aos controlos e processos de avaliação de performance no projeto de auditoria; (5) Reportes de auditoria, referindo-se a comunicações confiáveis, úteis e em eficazes.

Através da análise dos modelos, percebe-se, desde logo, uma tendência comum nas características dos modelos, a existência de quatro características principais: (1) Inputs da auditoria; (2) Processo de auditoria; (3) outputs da auditoria; e (4) fatores contextuais. Adicionalmente percebe-se que apesar de os componentes de cada uma das categorias ser variável na sua complexidade e composição, existe uma sobreposição nos fatores dentro de cada categoria. A tendência é especialmente clara ao comparar Knechel et al. (2013) com CAQ (2014). Knechel et al. (2013) define inputs como o conhecimento e a experiência do auditor, bem como o ceticismo profissional (Knechel et al., 2013), o que está precisamente de acordo com a designação de CAQ (2014). A coincidência de conteúdo apesar das diferentes denominações também é destaque na categoria principal Contexto, que no IAASB (2014) é denominado “Fatores Contextuais” e “Interações Chave”. Essas designações coincidem com o conteúdo dos componentes em Contexto como Francis (2011) designam “Sociedades de Contabilidade”, “Indústria de Auditoria e Mercados de Auditoria” e

“Instituições”. Fica claro que, apesar de nomenclaturas distintas dos atores, há uma coincidência significativa no espírito e conteúdo dos subcomponentes.

1.3. Componentes da qualidade da auditoria

Os modelos anteriormente descritos caracterizam a qualidade da auditoria em quatro principais categorias: (1) Inputs da auditoria; (2) Processo; (3) Outputs da auditoria; e (4) Contexto. Em cada um destes modelos, as respectivas categorias agrupam um conjunto de vetores que influenciam a QA.

Na presente secção procede-se a uma análise de cada uma das, de forma a permitir uma visão abrangente dos subcomponentes e sobre a forma como estes impactam a qualidade e como interagem no modelo.

1.3.1 Inputs

Inputs do processo de auditoria podem ser entendidos como os recursos humanos (as capacidades, os conhecimentos e a experiência dos auditores; os seus valores éticos e a cultura da firma), os materiais disponíveis e o tempo dedicado a efetuar a auditoria (Pinto, 2016).

Os inputs podem, desde já, ser distinguidos em assuntos respeitantes exclusivamente ao auditor e questões relacionadas com o cliente. Os vetores relacionados com o auditor incluem entre outros os conhecimentos e formação da equipa de auditoria, a experiência do auditor, o julgamento profissional e especialização na indústria (Knechel et al., 2013).

No que toca ao componente relacionado com o auditor, destaca-se as competências e características dos recursos humanos, *drivers* referidos no modelo do FRC (2006), mais especificamente as capacidades e competências do *staff* e dos sócios.

Os inputs relacionados com o cliente dizem respeito a questões sobre as quais o auditor não tem controlo direto. Estas questões são, por exemplo, as

demonstrações financeiras do cliente antes se derem auditadas, os dados contabilísticos e material disponibilizado pelo cliente no decurso da auditoria, complexidade do negócio/ indústria (i.e., procedimentos de negócio, fluxos de caixa, etc.). Estes vetores são mencionados por Christensen et al. (2016) como fatores que afetam o planeamento e âmbito das auditorias, são ainda referidos no modelo desenvolvido pelo IAASB (2014), como interações-chave.

1.3.2 Processo

A categoria “Processo” compreende os processos de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade, e os efeitos que os mesmos comportam na QA(Pinto, 2016).

Segundo Francis (2011), o processo de auditoria representa a implementação dos inputs da auditoria, isto é, durante a realização da auditoria existem decisões e julgamentos feitos pelo auditor que dizem respeito ao planeamento, recolha e interpretação das evidências de forma a ir de encontro às normas de auditoria e recolher prova suficiente e apropriada para suportar a opinião do auditor.

O processo de auditoria compreende a execução da auditoria, isto é, compreende condições como o número de horas despendidas no projeto pelo equipa, a comunicação com o cliente, o cumprimento das normas de auditoria impostas.

Estas questões, diretamente relacionadas com a execução efetiva da auditoria são altamente influenciadas pelas características do auditor como o julgamento e ceticismo profissional (Knechel et al., 2013).

1.3.3 Outputs

Os determinantes baseados nos outputs foram bastante explorados pela literatura uma vez que pretendem medir o nível de QA efetivamente entregue. No entanto estas *proxies* têm a limitação de serem altamente influenciados pelo

sistema de reporte financeiro utilizado assim como das características intrínsecas da firma (DeFond & Zhang, 2014).

Uma componente muito relevante dos outputs da auditoria é a qualidade do reporte financeiro. Existe uma popular corrente de investigação em torno desta proxy, isto deve-se ao facto de se esperar uma forte ligação entre a qualidade do reporte financeiro e a qualidade da auditoria. Embora a qualidade do reporte financeiro ser conceptualmente ampla, os investigadores da área da auditoria tendem a utilizar medidas relacionadas com qualidade da informação (ou *earnings quality*), isto é motivado pelo facto de assumir que auditorias com alta qualidade restringem práticas de manipulação de resultados oportunistas (*opportunistic earnings management*). O modelo mais utilizado nesta investigação é o modelo de Jones, (1991) (e.g. (Becker et al., 1998; Francis & Krishman, 1999)).

1.3.4 Contexto

A categoria “Contexto” diz respeito a todos os assuntos que não se relacionam diretamente com a auditoria (i.e., com a equipa de auditoria, com a execução da auditoria ou com os resultados da mesma), mas que de alguma forma influenciam um ou mais dos seus componentes. Nesta categoria incluem-se fatores relevantes como a dimensão da sociedade de auditoria, os honorários da auditoria, assim como honorários dos serviços prestados não relacionados com a auditoria, eventuais litígios existentes contra a sociedade de auditoria, entre outros (Knechel et al., 2013).

Os fatores contextuais compreendem de modo geral as características do auditor, como o tamanho da firma da auditoria, caracterizada na investigação, como BigN vs Non-BigN, uma vez que é esperado que as grandes sociedades de auditoria tenham incentivos mais fortes e mais competências para entregar auditorias de qualidade (De Angelo, 1981).

Segundo Bedard et al. (2010), outra característica é a especialização do auditor na indústria, geralmente medida através da concentração do setor do cliente. É usada para representar a QA porque se espera que os auditores especialistas tenham incentivos de reputação e competências superiores. Geralmente na literatura são usadas estas medidas como variáveis dependentes para examinar os fatores que impulsionam a procura do cliente pela QA (e.g. Wang et al., 2008). No entanto há também outra corrente literária que utiliza estas medidas como variáveis independentes com o objetivo de aferir como estas características impactam o fornecimento de auditorias de qualidade (Lennox & Pittman, 2010).

Segundo o IAASB (2014), pode-se ainda incluir nesta categoria questões como as normas de auditoria e outras legislações impostas, requisitos de documentação ou sistemas de gestão da qualidade e, ainda, relatórios externos emitidos pela sociedade de auditoria, como os relatórios de transparência.

A publicação do FRC (2006) identificou ainda um conjunto de indicadores relativos à cultura da sociedade de auditoria, como fator contextual à qualidade da auditoria. Estes indicadores incluem respeito pelos princípios base de auditoria e pelas normas éticas; desenvolvimento pelos sócios e staff de sistemas que promova características pessoais essenciais à qualidade da auditoria; tomada de decisão independente de considerações financeiras da sociedade de forma a evitar efeitos negativos para a QA; promoção da consulta em matérias difíceis e provisionar recursos suficientes para lidar com essas situações; e desenvolvimento de uma estrutura de informação para suportar a auditoria.

1.4. Métricas para a qualidade da auditoria: os AQI

O conceito de indicadores de qualidade da auditoria é um termo relativamente recente. Para perceber este conceito é necessário, primeiramente, perceber os desafios relacionados com a medição da QA. Serve o presente subcapítulo para

analisar as problemáticas relacionadas com medir e avaliar a qualidade da auditoria e sobre a introdução do conceito de AQI na literatura.

1.4.1. Indicadores de qualidade da auditoria

Com a intenção de medir a qualidade da auditoria, diversas entidades têm desenvolvido o conceito de indicadores de qualidade da auditoria, referidos normalmente como AQI. Estas entidades são de diversos tipos, designadamente entidades de supervisão de auditoria, reguladores, organismos profissionais e auditoras (Pinto, 2016).

O termo “indicadores de qualidade de auditoria” tem vindo a ser referido por variados grupos de stakeholders do serviço de auditoria para descrever uma forma de aferir e avaliar a qualidade de uma auditoria. Assim como concluímos relativamente à definição de qualidade de auditoria, também a definição e propósito dos AQI pode diferir para os diferentes stakeholders. Independentemente disto, os potenciais benefícios da implementação de AQI é transversal a todos os participantes do processo de reporte financeiro (Broke, 2014).

A elaboração e divulgação dos AQIs inspira manifesto interesse pela transparência que oferece ao mercado e pela comparabilidade entre sociedades de auditoria, tradicionalmente inexistente em bases objetivas.

Outra vantagem reside na informação que proporciona aos órgãos de fiscalização e responsáveis pela governação, dando-lhes bases mais objetivas para tomarem decisões de seleção dos auditores. Adicionalmente, outro tipo de entidades com manifesto interesse em dispor de AQI credíveis são as entidades de supervisão de auditoria, uma vez que a informação proporcionada pelos AQI, sendo credível pode também constituir uma das bases, entre outras, para a definição de ações de controlo de qualidade por parte de entidades de supervisão (Pinto, 2016).

A qualidade da auditoria é fundamental para as partes interessadas do processo de reporte financeiro, uma vez que, mais qualidade subentende uma opinião mais rigorosa e confiável acerca das demonstrações financeiras e uma visão verdadeira da situação financeira. De acordo com o PCAOB (2015), os destinatários e potenciais interessados do parecer da auditoria, e por consequência, da sua qualidade, são as sociedades de auditoria, as entidades reguladoras e órgãos de supervisão, os investidores e as comissões de auditoria. e outros órgãos de fiscalização

Um dos argumentos de apoio ao desenvolvimento dos indicadores de qualidade da auditoria é o de que estes irão beneficiar os auditores, os clientes de serviço de auditoria e os utilizadores da informação financeira através do aumento da transparência das sociedades de auditoria e dos processos de auditoria. Este aumento da transparência tem um impacto positivo na capacidade de os investidores avaliarem a QA, que por sua vez cria diferenciação entre auditores, assim como aumenta os incentivos ao investimento na melhoria da qualidade (PCAOB, 2013; Bedard et al., 2010). Os AQI podem ainda ser usados pelos reguladores não só como mecanismo de aferir a QA, mas também para avaliar os desafios e deficiências na execução das auditorias através da sua análise e monitorização ao longo do tempo (PCAOB, 2013).

1.4.2. Comunicação de indicadores de qualidade da auditoria

Uma das questões adjacentes à investigação de indicadores da qualidade da auditoria está relacionada com a sua divulgação como mecanismo de apoio à decisão dos investidores. Esta questão não está apenas relacionada com a divulgação de AQIs, faz parte de uma temática mais ampla relacionada com os custos e os benefícios de algumas iniciativas dos reguladores para aumentar a transparência da auditoria (Chen et al., 2019).

A premissa associada a esta tendência na regulação é a de que a transparência aumenta o foco das sociedades de auditoria na qualidade (IOSCO, 2015) e de que estas divulgações são um incentivo à diferenciação das auditoras com base na qualidade (IOSCO, 2015; Deumes et al., 2012; Fu et al., 2015; IAASB, 2014). Johl et al. (2021) aponta ainda que sociedades com uma qualidade mais alta vão ter o incentivo de se diferenciar do mercado oferecendo mais divulgações e aumentando a transparência.

Segundo Bedard et al. (2010), o propósito dos AQIs e de outras recomendações de transparência para as empresas de auditoria é melhorar a capacidade das entidades avaliarem a QA, ou seja, possibilitar a diferenciação entre firmas tendo por base informação divulgada publicamente, servindo até esta divulgação como incentivo à melhoria da qualidade. Os mesmos autores admitem também a possibilidade de consequências negativas advirem da obrigatoriedade de divulgação destas métricas, nomeadamente, as firmas focarem-se em atingir determinados indicadores, ao invés de investirem os seus recursos na melhoria efetiva da QA.

Outra questão importante referida por Bedard et al. (2010) é o facto de alguns indicadores sem contextualização específica não terem valor prático. Por exemplo, alguns indicadores necessitam de ser ajustados ao risco para terem uma interpretação válida, um caso que se enquadra nesta perspetiva é o número de horas de auditoria de uma determinada sociedade de auditoria, esta métrica não apresenta valor a menos que seja divulgado o nível de risco do portefólio de clientes, isto deve-se ao facto destes dois fatores estarem intrinsecamente ligados, não sendo possível interpretar um sem o outro.

Esta discussão ganhou importância com a divulgação do "AQI Project" pelo Public Company Oversight Board (PCAOB), que assume como objetivo a determinar a possibilidade de desenvolver indicadores que pretendem medir a qualidade e eficácia da auditoria e requerer às sociedades a sua divulgação.

Apoiantes deste projeto argumentam que esta divulgação irá permitir uma melhor tomada de decisão por parte dos investidores e irá melhorar a qualidade da auditoria. Por outro lado, outros mostram preocupação com as consequências da divulgação pública destes indicadores como o risco de a informação ser incorretamente interpretada pelos investidores, assim como o risco de esta divulgação aumentar os custos da auditoria e tirarem o foco dos auditores de atividades mais produtivas, podendo levar a uma diminuição da qualidade e aumentar o risco da auditoria (PCAOB, 2015).

Um estudo de Brown e Popova (2019) investiga como a divulgação de indicadores de qualidade da auditoria beneficia o processo de reporte financeiro através da promoção da transparência entre a profissão de auditoria e o público. O estudo realizado com investidores individuais (Brown & Popova, 2019) concluí que uma tendência positiva no portefólio de AQIs tem um efeito positivo emocional nos investidores. Esta tendência positiva impacta ainda o apoio dos investidores no processo de ratificação dos auditores, mostrando que perante um portefólio positivo de AQIs os investidores tendem a apoiar a manutenção do auditor quando comparados com situações de tendência negativa ou de não divulgação do portefólio de indicadores de qualidade da auditoria. O mesmo estudo aferiu ainda que a divulgação do portefólio de AQIs impacta ainda na decisão de investimento, sendo que concluíram que perante um portefólio positivo impacta de forma positiva a decisão de aumentar capital investido, sendo que a tendência oposta tem o efeito contrário na decisão de investimento.

Este estudo permite desde já tirar conclusões acerca do potencial impacto da divulgação dos indicadores de qualidade no mercado de capitais, sendo que estas divulgações influenciam a forma como os indivíduos percebem não apenas a credibilidade da opinião do auditor, como apreciam de forma crítica a confiança na informação financeira auditada, estas percepções, combinadas, influenciam por sua vez alterações no capital investido. Adicionalmente Brown e Popova (2019)

permite aferir os benefícios que as divulgações de AQIs podem proporcionar às sociedades de auditoria através do aumento do apoio e suporte à contratação e retenção dos serviços de auditoria (Brown & Popova, 2021).

Dados os evidentes benefícios da divulgação de AQIs, muitas empresas globais de auditoria estão já a optar por divulgar iniciativas de promoção da qualidade nos relatórios anuais de transparência, no entanto estes reportes falham no que toca à comparabilidade e consistência, não permitindo aos leitores avaliar como a sociedade apoia a QA.

Espera-se que, no futuro, os clientes do serviço de auditoria utilizem a divulgação dos AQIs como meio comparativo entre sociedades de auditoria na sua tomada de decisão de contratação e retenção de auditores e ainda que esta fonte de informação que seja um incentivo às próprias firmas de auditoria para o investimento na qualidade da auditoria.

Capítulo 2

Método

Este capítulo pretende descrever como o processo de investigação foi realizado, apresentando as questões de investigação e o método utilizado para a recolha e tratamento de dados.

Pretende-se com este estudo interpretar o novo modelo introduzido pela CMVM em Portugal. Para concretizar esta análise, recorreu-se ao estudo de modelos internacionais, em particular, o divulgado pelo PCAOB (EUA), FRC (Reino Unido), e NBA (Holanda), de forma perceber o enquadramento do modelo português, a encontrar sugestões de melhoria e levantar questões críticas que poderão ser tidas em conta no futuro da aplicação do modelo. O objetivo último desta investigação, é assim, proceder a uma análise crítica ao grau de adequação do modelo proposto ao mercado português e a eficácia dos indicadores apresentados como métrica da qualidade da auditoria.

Esta investigação tem cariz qualitativo uma vez que os dados utilizados têm o objetivo de gerar descrições e não de testar ou comprovar hipóteses. Foi aplicada a metodologia de estudo de caso, baseada em dados recolhidos durante um período do tempo, com o objetivo de produzir uma análise sobre o fenómeno em estudo (Hartley, 1994). Esta metodologia é particularmente útil quando se procura compreender um problema específico, no entanto assumem-se como principais fraquezas a falta de rigor e a impossibilidade de fazer generalizações (Noor, 2008). Uma vez que a questão de investigação assenta no sistema de AQIs específico português e tratando-se de um sistema recente com pouca informação disponível, concluiu-se que esta metodologia seria a mais adequada. No que toca ao procedimento de recolha de dados, elegeu-se a técnica de análise documental, consistindo a mesma na revisão e avaliação de documentos e passando pela

examinação e interpretação dos mesmos (Bowen, 2009). Pretende-se assim recolher todos os dados e informação relevantes que permitam efetuar a comparação entre os modelos de AQIs desenvolvidos pela CMVM, PCAOB, FRC e NBA.

Assim este método consiste na investigação do conteúdo simbólico das mensagens (conteúdos dos documentos) cuja função é encontrar respostas para as questões formuladas e/ou confirmar hipóteses estabelecidas previamente e também em descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos do que está a ser comunicado. O objetivo passa então por descrever e interpretar o conteúdo em busca de respostas à questão de investigação e, assim, corroborar com a produção de conhecimento teórico relevante para a área em questão (Kripka et al., 2015).

Complementarmente, utilizar-se-á um método comparativo para esta análise. Isto é, uma análise centrada em estudar semelhanças e diferenças. Neste caso em particular, o estudo consistirá na análise das semelhanças e diferenças entre os modelos internacionais e o modelo nacional, para o âmbito determinado. A análise das escolhas feitas pelas entidades reguladoras irá permitir identificar algumas das diferenças entre os modelos e, conseqüentemente, averiguar o grau de harmonização no âmbito de cada modelo e a adequação de cada modelo aos contextos.

A obtenção dos dados da análise será feita através de divulgações oficiais de cada uma das entidades reguladoras (CMVM; PCAOB; FRC; NBA), estas divulgações incluem o modelo, painéis de discussão documentados, respostas dos stakeholders, entre outros documentos divulgados pelas próprias entidades.

Capítulo 3

Resultados

3.1. Iniciativas de AQI a nível internacional

Os indicadores de qualidade da auditoria são um instrumento valioso no que toca a mensurar e avaliar a qualidade da auditoria. O PCAOB (2015) define indicadores de qualidade de auditoria como um portefólio de medidas quantitativas, que podem fornecer novas informações acerca de como atingir auditorias de alta qualidade. Estas medidas quando conjugadas com um contexto qualitativo, podem possibilitam discussões entre os usuários do processo de reporte financeiro, e por sua vez possibilitam melhorias no planeamento, execução e comunicação no processo de auditoria.

Um modelo de AQI não tem o propósito de ser uma fórmula direta e única para determinar a qualidade da auditoria em particular ou aferir se o auditor cumpriu as suas obrigações, mas considera-se um instrumento útil que permite sistematizar informação sobre alguns dados críticos do processo de auditoria (CMVM, 2020).

Para efeitos comparativos, a tabela 1 visa comparar os traços gerais das diferentes iniciativas internacionais relacionadas com AQI, referenciando tanto em termos quantitativos como qualitativos. Através de uma rápida análise à tabela, percebe-se a disparidade entre modelos, não existindo um único indicador comum a todos. Este facto reflete, desde já, a ambiguidade do tema e a falta de consenso.

Indicador / entidade	NBA	FAOB	FRC	PCAO B	CAQ	CPAB	CAAN Z	ACR A	CMV M
Horas de formação por colaborador de auditoria	x		x	x	x	x	x	x	
Controlos de qualidade interna	x	x	x	x	x			x	x
Inspeções externas	x		x	x	x			x	
Nº de colaboradores por sócio		x		x		x	x	x	x
Anos de experiência				x	x	x		x	x
Trabalho realizado pelo sócio	x			x	x	x		x	x
Especialização na indústria dos colaboradores				x	x	x		x	
Trabalho realizado pelo staff				x	x	x			
Investimento no desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas de auditoria	x		x	x			x		
Rotatividade do staff	x	x		x				x	x
Independência	x			x				x	
Recursos técnicos de apoio	x			x	x	x			
Questionário de satisfação do staff	x		x	x					
Investigações externas	x		x	x					
Tone at the top				x	x				

Tabela 1. Linhas gerais das iniciativas de AQIs a nível internacional

Fonte: FEE, 2016

Visa a seguinte secção desta investigação retratar as iniciativas de indicadores promovidas por três países, Estados Unidos da América (PCAOB), Reino Unido

(FRC) e Holanda (NBA). É de extrema importância perceber as características intrínsecas a cada um dos modelos, assim como perceber a maneira como estes foram aceites pelas partes interessadas do processo de auditoria, o que permite posteriormente avaliar de forma crítica o modelo desenvolvido pela CMVM.

3.1.1. PCAOB

Em 2015, o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) anunciou o "*Concept Release on Audit Quality Indicators*" contendo 28 potenciais indicadores quantitativos da qualidade da auditoria. Os 28 AQIs identificados dividem-se em três grandes categorias: (1) Profissionais de Auditoria; (2) Processo de auditoria; e (3) resultados da auditoria. Para cada AQI foi divulgado várias potenciais formas e cálculo, sendo que no total, superam as setenta métricas identificadas (anexo 1). Na publicação, o PCAOB (2015) considera várias abordagens de recolha e reporte dos potenciais indicadores de qualidade da auditoria, que inclui o cálculo dos indicadores tanto ao nível do projeto como ao nível da firma.

Os indicadores foram desenvolvidos com base em três princípios: (1) devem sempre que possível se quantificáveis; (2) devem possibilitar informação aos utilizadores que permita levantar questões críticas; (3) deve constituir um portefólio equilibrado da qualidade da auditoria. Apesar da ênfase no cariz quantitativo dos AQIs, o PCAOB defende que para estes instrumentos serem úteis deve ser providenciada ao leitor informação contextual. Sem contexto, a métrica, ou a evolução da mesma ao longo do tempo não possibilita uma imagem completa da situação.

O regulador também identificou três objetivos principais do projeto: (1) recolher informação de suporte aos processos regulatórios e à formulação de políticas do PCAOB com informações adicionais sobre o status e as tendências da qualidade da auditoria; (2) Possivelmente fornecer às comissões de auditoria, investidores, órgãos de gestão, firmas de auditoria, reguladores e ao público

informações sobre a qualidade da auditoria como instrumento para a tomada de decisões e formulação de políticas; e (3) Fornecer às empresas incentivos adicionais para competir com base na qualidade da auditoria” (PCAOB, 2013).

3.1.2. FRC

O Financial Reporting Council do Reino Unido (FRC) desenvolveu, em 2008, conforme referido na secção 1.2.1., um modelo para a qualidade da auditoria, na qual referiram cinco impulsionadores drivers. Esta foi a primeira publicação a apresentar um modelo abrangente sobre o desenvolvimento da QA (FRC, 2008). Seguindo o trabalho anteriormente desenvolvido, o Policy and Reputation Group do FRC identificou os aspetos-chave que contribuem para a qualidade da auditoria. Os fatores são mesuráveis e podem ser incluídos em uma das quatro categorias: (1) investigações externas; (2) monitorização da QA; (3) Investimentos dedicados aos colaboradores e sistemas informáticos; e (4) resultados de questionários internos e externos (FRC, 2015). Neste projeto as seis maiores empresas do Reino Unido¹ concordaram voluntariamente em reportar estes fatores e divulgar esta informação qualitativa e quantitativa nos seus relatórios de transparência anuais. A iniciativa foi concretizada com sucesso, e de acordo com o FRC, os relatórios de auditoria descrevem melhor os processos usados para atingir auditorias de qualidade (FRC, 2015).

Em maio de 2020, o FRC publicou o primeiro relatório de pesquisa temática sobre AQIs (FRC, 2020). Este regulador concentra-se nos AQIs usados pelas maiores firmas de auditoria na iniciativa descrita anteriormente. O FRC destaca-se de outras iniciativas anteriormente desenvolvidas ao incluir na sua análise não apenas aspetos quantitativos, mas também qualitativos como partes relevantes

¹ (BDO LLP (“BDO”); Deloitte LLP (“Deloitte”); Ernst & Young LLP (“EY”); Grant Thornton UK LLP (“Grant Thornton”); KPMG LLP (“KPMG”); e PricewaterhouseCoopers LLP (“PwC”))

do conceito de AQIs (Broek & Duffels, 2021). Nesta publicação, o FRC divulgou o resultado do *benchmark*. Algumas das conclusões foram:

- As firmas de auditoria estão em níveis diferentes em termos de desenvolvimento e uso de AQIs. O FRC distingue três 'etapas de maturidade' nos AQIs das firmas de auditoria: desenvolvimento, incorporação e monitorização;
- A maioria das firmas utiliza uma análise narrativa em conjunto com as métricas utilizadas, no entanto apenas uma minoria realiza a análise de tendências e enuncia ações futuras de acompanhamento;
- As firmas de auditoria não comunicam com os comités de auditoria sobre AQIs ao nível do projeto, dado o foco dos indicadores ser principalmente a gestão interna e, por isso, principalmente ao nível da firma.

O FRC na publicação "AQR thematic Review" aponta ainda como próximo passo a divulgação de um portefólio de AQIs a serem divulgados pelas firmas nos relatórios de transparência, este conjunto de métricas tem o objetivo de assegurar consistência e comparabilidade no reporte entre as sociedades de auditoria e tornar os reporte mais acessíveis aos stakeholders (FRC, 2020).

3.1.3. NBA

O Nederlandse Beroepsorganisatie van Accountants (NBA) fez em 2014 a sua primeira publicação relativa a indicadores de qualidade da auditoria, com o título de "*In the public interest*" (NBA, 2014). Esta publicação indicava um conjunto de 37 AQIs para as sociedades de auditoria que tinham obre a sua alçada auditoria a entidades de interesse público, a serem reportados nos seus relatórios anuais ou nos relatórios de transparência. Após consulta em março de 2016, NBA emitiu o "*Disclosure of Audit Quality Factors*" (NBA, 2016), incluído um portefólio de indicadores de qualidade da auditoria que se dividem fatores específicos da organização e fatores gerais da qualidade da auditoria (NBA, 2016).

Segundo o modelo da NBA (2016), uma sociedade de auditoria deve reportar um número de AQI que permita medir e avaliar a sua performance relativamente aos seus objetivos de qualidade. Adicionalmente, ao reporte de indicadores

específicos da organização, o NBA sugere ainda que as sociedades de auditoria emitam alguns esclarecimentos de forma a auxiliar os stakeholders a melhor entender o sistema de controlo de qualidade da entidade, nomeadamente: (1) esclarecimentos acerca de como os fatores impactam os objetivos para a qualidade da auditoria; (2) esclarecimentos acerca do cálculo dos indicadores; (3) qual o objetivo de cada AQI; e (4) a relação entre os objetivos para a qualidade da auditoria e a evolução desse indicador ao longo do tempo.

Adicionalmente é importante incluir informação explicativa acerca dos indicadores gerais da qualidade da auditoria (anexo 2). O NBA afirma que as sociedades de auditoria devem divulgar informação acerca dos investimentos na qualidade da auditoria (input), como a qualidade é garantida durante a realização da auditoria (processo) e os resultados (output). Estas divulgações são feitas através do relatório de transparência.

O modelo do NBA, parte do princípio de reporte de *"comply or explain"*, que consiste no caso de a sociedade não deter informação relativa a um determinado fator, então deve fornecer informação acerca de como monitoriza o determinado objetivo de qualidade da auditoria, ou afirmar que não recolhe informação acerca de determinado aspeto.

Waard & Brouwer (2021) discutem o modelo holandês na sua contribuição analisando quatro anos de divulgações nos relatórios de transparência, concluindo que as firmas de auditoria interpretam as diretrizes acerca dos AQI de forma diferente e as refletindo-se nos seus relatórios de transparência. Concluem que a comparabilidade, em parte por causa disso, não é possível e que a relação entre os vários indicadores de qualidade nos relatórios não é clara.

3.2. O modelo de AQI português

3.2.1 Bases conceptuais do modelo português

Em fevereiro de 2020, a CMVM divulgou um documento denominado de “Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria” com o objetivo operacionalizar o conceito de QA, promover uma cultura de qualidade nas firmas de auditoria e conferir maior transparência e objetividade ao mercado da auditoria (CMVM, 2020).

Segundo a CMVM (2021), os indicadores de qualidade da auditoria correspondem a métricas de avaliação de alguns aspetos do processo de auditoria financeira, que são fundamentais para promover a qualidade da auditoria.

Como representado na publicação, o guia é inspirado e fundamentado no modelo desenvolvido pelo IAASB em 2014, já analisado neste trabalho no capítulo 2, seguindo assim a sua definição e caracterização da qualidade da auditoria.

O regulador destaca, na sua publicação, o potencial papel dos indicadores para os utilizadores da informação financeira auditada nomeadamente acionistas e supervisores, a ainda os órgãos de fiscalização.

3.2.2. Estrutura do modelo de AQIs português

O modelo de AQI português prevê oito indicadores relativos a aspetos do processo de auditoria financeira considerados particularmente relevantes para promover a qualidade da auditoria, cobrindo dimensões quantitativas de atividade, mas também aspetos qualitativos quanto à forma como é exercida a profissão.

Descrição	Componente da QA	Tipo de indicador
Envolvimento adequado dos colaboradores com mais experiência	Input	Indicador ao nível da firma e do projeto
Disponibilidade do sócio responsável pela auditoria	Input	Indicador ao nível da firma e do projeto
Experiência das equipas de auditoria	Input	Indicador ao nível da firma e do projeto
Número de horas de formação	Input	Indicador ao nível da firma
Percentagem de saídas de colaboradores	Input	Indicador ao nível da firma
Horas despendidas em cada uma das fases de auditoria e indicação das datas de conclusão	Processo	Indicador ao nível do projeto
Resultados dos processos de monitorização interna e externa	Output	Indicador ao nível da firma
Colaboradores afetos às áreas de controlo de qualidade	Output	Indicador ao nível da firma

Tabela 2. Indicadores de qualidade da auditoria do modelo português

Fonte: CMVM, 2020

Após a emissão em fevereiro de 2020 do modelo de AQIs, a CMVM solicitou o reporte dos seis auditores de entidades de interesse público (EIP) com maior dimensão⁶, sobre os indicadores e métricas de firma e de projetos de auditoria de uma amostra de 25 grupos económicos selecionados com base na sua relevância em termos de volume de negócios e/ou valor de balanço.

Os principais resultados da análise dos AQI referentes ao primeiro exercício foram solicitados pela CMVM e foram emitidas as suas conclusões na sua publicação relativa aos resultados globais do sistema de controlo de qualidade da auditoria relativa ao ciclo de 2020/2021(ver anexo 3) (CMVM, 2021c).

⁶ BDO, Deloitte, Ernst & Young Audit, KPMG, Mazars e PwC

3.2.3. Resposta à consulta do modelo português

No final de outubro de 2019, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) divulgou no seu site o Documento de Consulta relativo ao “Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria” (CMVM, 2021b).

A consulta possibilitou 16 respostas, que se subdividem nos seguintes tipos de entidades: 5 firmas de auditoria, 8 órgãos de fiscalização, 1 revisor oficial de contas, 1 associação e 1 Ordem profissional. Das consultas ao modelo pode-se detetar um conjunto de linhas comuns no que toca às respostas dos stakeholders, as quais se pretende destacar nesta secção.

Uma das questões mais levantadas pelos respondentes do modelo diz respeito à quantidade e complexidade de alguns dos indicadores, considerando que algumas das métricas não estão ajustadas às informações recolhidas pelos auditores e ainda que não têm em consideração a dimensão das firmas de auditoria e do mercado português. Relativamente a esta resposta, na publicação atualizada da CMVM do guia deu-se uma simplificação de alguns dos indicadores.

Alguns respondentes alegaram a possibilidade de enviesamento das conclusões do leitor decorrente da leitura dos indicadores, indicando que sem contextualização própria os AQIs podem fornecer informação errónea e inconsciente.

Outra temática nas repostas passa pelo impacto dos AQI na atividade dos órgãos de fiscalizadores, sendo que a maioria argumenta que a disponibilização dos AQI a estes órgãos pode configurar uma interferência e até desresponsabilização na prossecução dos seus deveres no que se refere ao processo de acompanhamento e execução da auditoria. Ainda neste âmbito, dois respondentes argumentam que o modelo de AQIs deve ser voluntário e utilizado como ferramenta de debate entre as partes (órgãos de fiscalização, ROC e EIP),

ou até à definição de AQI específicos que se revelem adequados para a situação específica.

Ainda de referir que um dos respondentes sugeriu a eliminação dos indicadores ao nível do projeto, defendendo que apenas terão utilidade no que respeita ao contexto específico de cada entidade, não podendo ser retiradas ilações quer para a totalidade dos projetos de cada firma, quer entre os ROC/SROC, por manifesta dificuldade de comparabilidade. Entendendo que os indicadores por projeto deveriam apenas destinar-se a discussão com os órgãos de fiscalização, nos moldes que vierem a ser definidos entre estes e o auditor, no contexto de cada entidade.

Apesar de as respostas ao modelo terem uma carácter geral fundamentalmente construtivo, e de sugestões de melhoria e de melhor adaptação, denotou-se também algum ceticismo relativamente ao facto de as métricas selecionadas refletirem ou não a qualidade da auditoria, ao facto de o investimento que as sociedades terão de incorrer para disponibilizar estas métricas trará efetivamente benefícios para as partes interessadas do reporte financeiro, e ainda quanto ao facto de considerarem existir fundamentação à seleção das métricas pela CMVM.

3.3. Discussão

3.3.1. Estrutura e objetivos dos modelos

No que toca à estrutura e composição dos modelos, tanto ao nível do número de AQIs como ao tipo de métricas, existe uma grande diversidade dentro dos modelos publicados internacionalmente. A maioria das jurisdições têm apostado em modelos de cariz quantitativo, complementando as métricas apresentadas com uma narrativa explicativa, no entanto existem iniciativas, como é o caso do FRC a apoiar o uso de indicadores qualitativos, assim como quantitativos. Da mesma forma, no que toca ao cálculo das métricas ao nível do projeto e ao nível

da firma, existindo modelos focados principalmente em métricas ao nível do projeto (e.g. CAQ), outros modelos apenas apresentam métricas ao nível da firma (e.g. NBA) e alguns conjugam ambos os níveis de análise, tanto ao nível da firma como do projeto (e.g. CMVM e PCAOB).

Os objetivos das diferentes organizações e dos modelos por elas desenvolvidos aparentam ser relativamente semelhantes, que de forma objetiva consiste no aumento da transparência na profissão de auditoria. Sabe-se já que a visão dos diferentes stakeholders sobre a qualidade da auditoria se reflete nos indicadores por eles usados para a avaliar (conforme capítulo 1.1).

Assim também as iniciativas internacionais analisadas mostram que a seleção e desenho dos AQIs estão relacionados, entre outras coisas, com a finalidade da sua utilização, os seus principais grupos-alvo e o papel do regulador na implementação do modelo. Esse contexto também alimenta ainda a questão de como os AQI são comunicados (público versus privado, em nível de projeto e/ou firma, o nível de detalhe nos relatórios, etc) (Broek & Duffels, 2021).

Embora diferentes abordagens de AQI não precisem ser mutuamente exclusivas, podem surgir questões relacionadas com a diferenças de foco e expectativas no que toca à aplicação dos indicadores. Se, por exemplo, os AQI apresentados forem exclusivamente ao nível da firma, apesar de poderem ser úteis para o regulador como ferramenta de supervisão, essas informações têm valor limitado para as comissões de auditoria no seu papel de fiscalização; para estes a necessidade residirá na formulação e utilização de AQIs que incidam na (qualidade) da revisão legal de contas da empresa (Broek & Duffels, 2021).

3.3.2. Divulgação e Implementação dos modelos

Uma das questões que varia nos diferentes modelos, é o fator de comunicação das métricas, apesar de os AQIs poderem ser usados apenas internamente pelas sociedades de auditoria como ferramenta de controlo interno, grande parte do

potencial destas métricas encontra-se na sua comunicação, quer de forma privada entre a sociedade de auditoria e os órgãos de fiscalização, ou entre a sociedade de auditoria e os supervisores/ reguladores. Ou por outro lado, existem potenciais benefícios com a divulgação pública dos resultados dos apuramentos destas métricas ao público, por exemplo, através dos relatórios de transparência.

Neste campo diferenciam-se assim modelos como o desenvolvido pelo Canadian Public Accountability Board (CPAB) que defende uma metodologia mista de comunicação dos AQI, comunicando publicamente as métricas ao nível da firma, mas, por questões de proteção de informação confidencial, defende que os AQI ao nível do projeto devem apenas ser divulgados aos órgãos de fiscalização (CPAB, 2018a, 2018b). E uma perspetiva diferente em termos de divulgação encontra-se o modelo de AQI do Accounting Corporate Regulatory Authority (ACRA) de Singapura, que defende a comunicação exclusiva das métricas com as comissões de auditoria no final de cada ciclo de auditoria e sempre que se considere mudanças de auditor (FEE, 2016).

Apesar de a maioria dos modelos abordados (FRC, PCAOB e CMVM), nesta fase de desenvolvimento, estarem a ser divulgados de forma voluntária pelas grandes sociedades de auditoria, existem já jurisdições cuja divulgação dos resultados deste modelo é obrigatória por imposição dos reguladores (e.g. CAANZ, 2015).

3.3.4. *Feedback* dos utilizadores de AQI

Os principais utilizadores dos AQIs segundo o PCAOB (2015) divulgou no “Concept Release” são os órgãos de fiscalização, sociedades de auditoria, reguladores e investidores, no entanto, pode-se a estes adicionar ainda os órgãos de gestão de empresas, a imprensa da área económica, investigadores e o público em geral. No entanto isto não implica que os utilizadores tenham acesso ao

mesmo nível de divulgação das métricas, temática esta já abordada anteriormente.

Através das consultas públicas efetuadas aos modelos analisados, retiram-se algumas conclusões importantes relativas aos modelos e à posição dos potenciais utilizadores relativamente aos AQI.

Relativamente aos órgãos de fiscalização, as entidades respondentes do modelo português expressaram preocupações acerca do impacto das métricas no desempenho de funções destes órgãos. É importante perceber que o espírito do guia CMVM visa que estes indicadores/métricas vão ao encontro dos principais aspetos que os OF deveriam considerar no âmbito da prossecução das suas funções, no que se refere à seleção e acompanhamento da atividade do auditor. Na maior parte dos modelos de AQIs analisados a nível internacional (por ex. Estados Unidos da América, Canadá e Singapura), é dado destaque ao papel relevante que os OF têm no processo de melhoria da qualidade da auditoria, sendo que em algumas destas jurisdições foram inclusivamente publicados guias direcionados em exclusivo para os OF para os apoiar na utilização do modelo de AQI, o que demonstra a sua importância neste processo.

Segundo o Concept release do PCAOB (2015), existem já OF a incorporarem estes instrumentos nas suas comunicações com o auditor, avançando ainda, que em última instância que é uma decisão dos órgãos de fiscalização tirar ou não os proveitos dos AQI para a tomada de decisão.

Numa tentativa de perceber o grau de aceitação dos AQIs pelos órgãos de fiscalização, o FRC organizou uma discussão mesa-redonda da qual se inferiram algumas conclusões pertinentes para o futuro dos modelos. Este estudo concluiu que os membros dos OF consideram que os AQI são uma ferramenta útil para avaliar a QA apesar de não haver consenso nas métricas mais relevantes, considerou-se os resultados dos inquéritos ao staff de auditoria (utilizado no Reino Unido) e as horas despendidas pelo staff *senior* (horas de trabalho do sócio

e manager como percentagem das horas totais da auditoria) como úteis para os membros dos órgãos de fiscalização. Os membros da discussão apontaram ainda que o dinamismo do mercado, neste caso, do Reino Unido exigia que os AQI fossem atualizados com frequência (FRC,2020)

No que toca às sociedades de auditoria, é público que estas entidades têm já vindo a utilizar métricas semelhantes aos AQI como forma de controlo interno, como métricas para a eficiência e lucratividade, para destacar auditoria ou equipas com maior risco ou para tomar decisões de compensação. Ainda neste grupo de utilizadores é importante referir os potenciais benefícios da comunicação das métricas ao público nomeadamente como forma de diferenciação no mercado e aumento da competição entre sociedades de auditoria com base na qualidade.

No que toca aos potenciais usos dos AQI pelos reguladores, estes podem ser usados como a informação para o desenvolvimento de estratégias de inspeção, podem fornecer ao regulador dados sobre tendências na qualidade geral da auditoria nos níveis de firma, mercado ou profissão, e ainda pode ampliar a base para a consideração do regulador a novas questões para a definição de políticas (PCAOB, 2015)

Os potenciais benefícios dos modelos de AQIs para os acionistas e investidores é bastante claro, uma vez que estes são os principais beneficiários do processo de reporte financeiro, e é para estes utilizadores para quem em última instância a qualidade da auditoria é dirigida. Presentemente, a visibilidade das fontes da qualidade da auditoria é ainda mais limitada do que para os órgãos de fiscalização, uma vez que não existe um canal direto para o auditor, a comunicação é normalmente restrita ao relatório padrão do auditor sobre a empresa, demonstrações financeiras e controlo interno sobre relatórios financeiros (PCAOB, 2015).

Num exercício de debate mesa-redonda dirigido desta vez a investidores, organizado pelo FRC, comparando diferentes modelos internacionais, concluiu-se que uma das fraquezas da informação está na falta comparabilidade. Este grupo concluiu ainda que valorizaria no que toca à comunicação de AQI: (1) um conjunto de métricas consistente com histórico de avaliação temporal de três a dez anos; (2) narrativa e análise qualitativa que explique as tendências e evolução dos indicadores; (3) seria relevante uma explicação das ações a tomar para lidar com eventuais situações emergentes (FRC,2020).

Capítulo 4

Conclusões

Nas últimas décadas, por consequências dos escândalos financeiros do início deste século, na tentativa de restaurar a confiança na atividade de auditoria, deu-se início a um conjunto de iniciativas dos reguladores para aumentar a transparência do serviço de auditoria. Simultaneamente na literatura iniciou-se uma corrente de investigação focada na QA e na necessidade de a avaliar.

Apesar de diferentes tentativas de investigadores em definir a QA, não existe consenso nesta matéria. Esta dificuldade em criar uma definição advém do facto de os diferentes utilizadores da informação financeira terem perspetivas diferentes de QA, o que por sua vez implica também diferentes métricas para a avaliar.

A literatura existente tem-se focado em definir *proxies* para aferir a qualidade, tanto baseados os inputs de auditoria, como a experiência e competências dos recursos humanos, como baseados em outputs, como a qualidade do reporte financeiro baseando-se em medidas de manipulação de resultados, ou até fatores contextuais como o tamanho da sociedade de auditoria ou a especialização na indústria do auditor.

Mais recentemente, as iniciativas tanto na literatura como dos reguladores têm-se focado em indicadores de qualidade de auditoria, ou AQIs, sendo que estes são uma ferramenta que pretende proceder à mensuração da QA numa base de objetividade e, tanto quanto possível, de forma quantificada. As iniciativas consistem num portefólio de métricas, tanto quantitativas e/ou qualitativas, acompanhadas de uma narrativa contextual que visam permitir ao leitor aferir e avaliar a qualidade da auditoria.

Em diversos países os conjuntos de AQIs têm sido concebidos através de um trabalho empenhado e participado pelos diversos stakeholders, designadamente supervisores, organismos profissionais, reguladores, auditores e investidores. Visou este trabalho obter uma visão abrangente das iniciativas internacionais, da sua composição e implementação, de forma a ser possível apreciar de forma crítica o posicionamento do modelo português.

Apesar dos potenciais benefícios dos AQI superarem os custos, existem um conjunto de limitações a estas métricas que devem ser tidas em conta, como o as consequências da divulgação destas métricas nas funções dos órgãos de fiscalização, interpretação errónea dos AQI pelos leitores, estas métricas serem um pressão para as sociedades de auditoria alcançarem um determinado resultado e desviar o foco da qualidade do serviço de auditoria, o facto de alguns indicadores por si só não serem um bom instrumento de comparabilidade, entre outras limitações.

Através deste estudo pretendeu-se aprofundar o conhecimento acerca dos indicadores de qualidade da auditoria, fazendo uma apreciação dos modelos de outras jurisdições e enquadrando o modelo da CMVM neste contexto.

A análise realizada permite levantar algumas questões pertinentes para o futuro do modelo português. Apesar de o modelo estar ainda em fase de desenvolvimento, os próximos passos do regulador irão ser cruciais para o sucesso do mesmo. O facto de o modelo ser ou não de aplicação ou de aplicação voluntária é uma delas. Também se a divulgação será feita apenas ao regulador, aos órgãos de fiscalização ou ao público em geral através dos relatórios de transparência, esta decisão irá permitir aferir e justificar a adequação das métricas seleccionadas pela CMVM aos stakeholders a quem se pretende comunicar.

Através do presente trabalho podem-se retirar algumas conclusões que podem úteis nessa tomada de decisão, nomeadamente: (1) a seleção das métricas e a

divulgação das métricas irá ser decisivo para atingir ou não os objetivos a que o modelo se propôs, uma vez que a informação dos AQI poderá influenciar a tomada de decisões pelos stakeholders; (2) uma das questões mais importantes da divulgação de AQI reside na necessidade da informação ser comparável, daí ser essencial a regulação ser clara quanto à obtenção de dados e cálculo dos indicadores; (3) a narrativa que deve acompanhar a divulgação dos AQI é um instrumento essencial na interpretação correta das métricas, algumas informações que os stakeholders consideram úteis complementarmente a estas narrativas são dados históricos, informação acerca da evolução e plano de ação futuro; (4) é essencial a adequação das métricas ao mercado, e alteração das mesmas se as dinâmicas do mercado assim o exigirem.

É conclusão da presente análise que a introdução de AQI no mercado português permitirá aos stakeholders retirar os benefícios pretendidos com este modelo e conferir ao mercado da auditoria mais transparência, mais informação e mais competitividade com base na qualidade.

Uma das principais limitações desta investigação prende-se com o facto da temática dos indicadores de qualidade da auditoria ainda se encontrar em desenvolvimento, notória pela limitação na informação recolhida, estando muitos dos modelos desenvolvidos, tal como o modelo português, em fase de consultas, desenvolvimento ou ainda não implementado. Não existindo informação concreta acerca da implementação dos modelos e dos seus impactos nos stakeholders do processo de auditoria, como nos órgãos de fiscalização, no papel de supervisão e regulação da profissão de auditoria, ou até, os próprios impactos no processo de seleção do auditor e concorrência entre firmas.

Como sugestões de investigação futura poderão ser apontadas análises à implementação dos modelos de AQI, tanto nacional como os internacionais, identificando os fatores acima referidos e estudando eventuais mudanças no paradigma da auditoria e quais as vantagens e desvantagens efetivas da

aplicação e comunicação destes modelos. É em particular importância perceber o impacto da divulgação desta informação no mercado da auditoria, na relação das sociedades de auditoria com clientes e potenciais clientes, o impacto no desempenho de funções pelos órgãos de fiscalização e pelo supervisor, e ainda o impacto dentro das sociedades de auditoria, por exemplo, no esforço e incentivos dos auditores.

Bibliografia

- Becker, C. L., Defond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1–24.
- Bedard, J. C., Johnstone, K. M., & Smith, E. F. (2010). Audit quality indicators: A status update on possible public disclosures and insights from audit practice. *Current Issues in Auditing*, 4(1), C12–C19.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40.
- Brivot, M., Roussy, M., & Mayer, M. (2018). Conventions of audit quality: The perspective of public and private company audit partners. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 51–71.
- Broek, M. Van Den, & Duffels, M. (2021). Audit quality indicators : ervaringen in het buitenland beschouwd. *Maandblad Voor Accountancy En Bedrijfseconomie*, 95(1/2), 77–85.
- Broke, S. (2014). Seeking a Path Foward on Audit Quality Indicators. *The CPA Journal*, 84(6), 8–10.
- Brown, J. O., & Popova, V. K. (2019). How do investors respond to disclosure of audit quality indicators? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 38(4), 31–53.
- Brown, J. O., & Popova, V. K. (2021). Showcasing audit quality through voluntary public disclosure of audit quality indicators. *Current Issues in Auditing*, 15(2), P17–P26.
- CAANZ. (2015). *Clearesr transpaearency: assessing the second year of audit firm transparency reports in australia*. <https://www.youunlimitedanz.com/-/media/0acb7b3f3bb64ff1905295dd343b3954.ashx>
- CAQ. (2014). *CAQ Approach to audit quality indicators*.

<https://4chrg8q086f2nb81x49f2761-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2019/03/caq-approach-to-audit-quality-indicators-april-2014.pdf>

Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2002). Board Characteristics and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 365–384.

Chen, Q., Jiang, X., & Zhang, Y. (2019). The Effects of Audit Quality Disclosure on Audit Effort and Investment Efficiency. *THE ACCOUNTING REVIEW*, 94(4), 189–214.

Christensen, B. E., Glover, S. M., Omer, T. C., & Shelley, M. K. (2016). Understanding Audit Quality: Insights from Audit Professionals and Investors. *Contemporary Accounting Research*, 33(4), 1648–1684.

CMVM. (2020). *Guia de Indicadores de Qualidade de Auditoria*. [https://www.cmvm.pt/pt/SDI/Audidores/Documents/GUIA DE APLICACÃO AQI.pdf](https://www.cmvm.pt/pt/SDI/Audidores/Documents/GUIA_DE_APLICACAO_AQI.pdf)

CMVM. (2021a). *Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria (versão atualizada -Abril 2021)*. [https://www.cmvm.pt/pt/SDI/Audidores/Documents/GUIA DE APLICACÃO AQI-2021.pdf](https://www.cmvm.pt/pt/SDI/Audidores/Documents/GUIA_DE_APLICACAO_AQI-2021.pdf)

CMVM. (2021b). *Relatório da CMVM: Documento de Consulta relativo ao “ Guia de Aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria.”* <https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/ConsultasPublicas/CMVM/Documents/Relatório de Consulta AQI.pdf>

CMVM. (2021c). *Resultados Globais do Sistema de Controlo de Qualidade da Auditoria*. <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20210930r.aspx?v=>

CPAB. (2018a). *Audit Committee Guide to Audit Quality Indicators*. <https://www.cpacanada.ca/en/business-and-accounting-resources/audit->

and-assurance/enhancing-audit-quality/publications/guide-to-audit-quality-indicators

- CPAB. (2018b). *Audit Quality Indicators Final Report*. https://www.cpab-crc.ca/docs/default-source/thought-leadership-publications/2018-aqi-final-report-en.pdf?sfvrsn=5af68dba_12
- De Angelo, L. E. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113–127.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 275–326.
- Deumes, R., Schelleman, C., Vander Bauwhede, H., & Vanstraelen, A. (2012). Audit firm governance: Do transparency reports reveal audit quality? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(4), 193–214.
- Dickins, D., Fay, R. G., & Reisch, J. (2014). Measuring and Communicating Audit Quality: The New AQIs. *CPA Journal*, 84(9), 16–25.
- FEE. (2016). *Overview of audit quality indicators initiatives*. https://www.accountancyeurope.eu/wp-content/uploads/1607_Update_of_Overview_of_AQIs.pdf
- Francis, J. R. (2011). A framework for understanding and researching audit quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(2), 125–152.
- Francis, J. R., & Krishman, J. (1999). Accounting Accruals and Auditor Reporting Conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 16(1), 135–165.
- FRC. (2006). *Promoting Audit Quality*. <https://www.frc.org.uk/getattachment/87498b3e-0aec-417c-b804-8b0c461174c8/Discussion-Paper-Promoting-Audit-Quality-Nov-2006.pdf>
- FRC. (2008). *The audit quality framework*. <https://www.ifac.org/system/files/meetings/files/3769.pdf>
- FRC. (2015). *Transparency Reporting by Auditors of Public Interest Entities*. <https://static.financieel->

- management.nl/content.php/27112/Britse_toezichthouder_wil_meer_infor
matie_over_netwerken_in_transparantieverlagen.pdf
- FRC. (2020). *Audit quality indicators AQR thematic review*.
[https://www.frc.org.uk/getattachment/f116f7d7-94d8-4c82-94b2-
ba24e3b195eb/AQTR_AQI_Final.pdf](https://www.frc.org.uk/getattachment/f116f7d7-94d8-4c82-94b2-ba24e3b195eb/AQTR_AQI_Final.pdf)
- Fu, Y., Carson, E., & Simnett, R. (2015). Transparency report disclosure by
Australian audit firms and opportunities for research. *Managerial Auditing
Journal*, 30(8/9), 870–910.
- GAO. (2003). *Public Accounting Firms: Required Study on the Potential Effects of
Mandatory Audit Firm Rotation*.
<https://www.iasplus.com/en/binary/resource/gaorotation.pdf>
- Hartley, J. F. (1994). *Case studies in organizational research*. Em C. Cassel & G. Symon
(Eds.) *Qualitative methods in organizational research: A practical guidee*. Sage.
- Holm, C., & Zaman, M. (2012). Regulating audit quality: Restoring trust and
legitimacy. *Accounting Forum*, 36(1), 51–61.
- IAASB. (2014). *A framework for audit quality: key elements that create an environment
for audit quality*. [https://www.ifac.org/system/files/publications/files/A-
Framework-for-Audit-Quality-Key-Elements-that-Crete-an-Environment-
for-Audit-Quality-2.pdf](https://www.ifac.org/system/files/publications/files/A-Framework-for-Audit-Quality-Key-Elements-that-Crete-an-Environment-for-Audit-Quality-2.pdf)
- IOSCO, I. O. of S. C. (2015). *IOSCO reports on Transparency of Firms that Audit
Public Companies*. <https://www.iosco.org/news/pdf/IOSCONEWS404.pdf>
- Johl, S. K., Muttakin, M. B., Mihret, D. G., Cheung, S., & Gioffre, N. (2021). Audit
firm transparency disclosures and audit quality. *International Journal of
Auditing*, 25(2), 1–26.
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations.
Journal of Accounting Research, 29(2), 193–228.
- Knechel, W. R. (2016). Audit Quality and Regulation. *International Journal of
Auditing*, 20, 215–223.

- Kripka, R., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa Na Educação*, 2, 243–247.
- Lennox, C., & Pittman, J. (2010). Auditing the auditors: Evidence on the recent reforms to the external monitoring of audit firms. *Journal of Accounting and Economics*, 49(1–2), 84–103.
- Little Jr., H. T., & Lehkamp, J. M. (2018). The Development of Audit Quality Indicators. *Archives of Business Research*, 6(1), 6–25.
- NBA. (2014). *In public interest summary and measures*. https://www.accountant.nl/globalassets/accountant.nl/in-het-publiek-belang/in_the_public_interest_summary-and-measures_okt2014.pdf
- NBA. (2016). *Disclosure of audit quality factors*. https://www.nba.nl/globalassets/wet--en-regelgeving/nba-handreikingen/nba_practice_note_1135disclosure_of_audit_quality_factors.pdf
- Neri, L., & Russo, A. (2014). a Framework for Audit Quality: Critical Analysis. *Business and Management Review*, 3(9), 25–30.
- PCAOB. (2013). *Audit quality indicators briefing paper*. https://pcaob-assets.azureedge.net/pcaob-dev/docs/default-source/news/events/documents/10162013_iagmeeting/aqi_briefing_paper.pdf?sfvrsn=d646045c_0
- Peecher, M. E., & Piercey, M. D. (2008). Judging audit quality in light of adverse outcomes: Evidence of outcome bias and reverse outcome bias. *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 243–274.
- Pinto, F. T. (2016). A qualidade em auditoria e os seus indicadores. *Cadernos Do Mercado de Valores Mobiliários*, 83, 1–7. [https://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/Fernando Teixeira Pinto.pdf](https://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/Fernando%20Teixeira%20Pinto.pdf)

- Qian Wang; T.J. Wong; Lijun Xia. (2008). State ownership, the institutional environment, and auditor choice: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 46(1), 112–134.
- Robert Knechel, W., Krishnan, G. V., Pevzner, M., Shefchik, L. B., & Velury, U. K. (2013). Audit quality: Insights from the academic literature. *Auditing*, 32(1), 385–421.
- Waard, D. de, & Brouwer, P. (2021). Vier jaar transparantie geanalyseerd: Exploratief onderzoek naar transparantieverlagen van accountantsorganisaties. *Maandblad Voor Accountancy En Bedrijfseconomie*, 95(1/2), 47–55.

Anexos

Anexo 1. Indicadores de qualidade da auditoria, PCAOB (2015)

Profissionais de Auditoria	1. Alavancagem do staff (<i>Staffing leverage</i>)
	2. Carga horária do sócio
	3. Carga horária do <i>manager</i> e do <i>staff</i>
	4. Recurso técnicos de contabilidade e auditoria
	5. Pessoas com competências e conhecimentos especializados
	6. Experiência dos colaboradores de auditoria
	7. Especialização na indústria dos colaboradores de auditoria
	8. Rotação dos colaboradores de auditoria
	9. Quantidade de trabalho centralizados nos <i>service centers</i>
	10. Horas de formação por colaborador de auditoria
	11. Horas de auditoria nas áreas de risco
	12. Atribuição de horas por fase da auditoria
Processo de Auditoria	13. Resultados do inquérito independente aos colaboradores
	14. Avaliações de qualidade e compensação
	15. Honorários de auditoria, esforço e clientes de risco
	16. Cumprimento dos requisitos de independência
	17. Investimento em infraestruturas de apoio à QA
	18. Resultados dos controlos de qualidade internos da firma
	19. Resultados das inspeções do PCAOB
	20. Testes de competências técnicas

Resultados da auditoria	21. Frequência e impacto dos ajustamentos às demonstrações financeiras
	22. Denúncias de fraude e má-conduta
	23. Inferência de qualidade da auditoria através de qualidade do reporte financeiro
	24. Reporte oportuno das problemáticas de controlo interno
	25. Reporte oportuno de questões de <i>going concern</i>
	26. Resultados de questionários de independência aos membros do comité de auditoria
	27. Tendências no processo de execução do PCAOB e SEC
	28. Tendências no contecioso privado

Anexo 2. Indicadores gerais da qualidade da auditoria, NBA (2014)

Input
1. A proporção de horas nos projetos de auditoria do sócio relativamente às horas totais do projeto
2. Número de horas despendidas em projetos de auditoria, e respetivamente noutros projetos no total e por função
3. Investimento em tecnologia e metodologia das auditorias conduzidas pela sociedade, tanto de forma independente quer através da contribuição para desenvolvimentos conjuntos. O investimento deve ser identificado em percentagem das receitas de auditoria em termos anuais.
4. O número médio anual de horas despendidas em formação e educação por colaborador (incluindo formação externa e interna)
5. A rotação de colaboradores, com informação adicional acerca dos fatores relevantes utilizados pela organização para monitorizar a rotatividade, como rotação por função, anos de experiência.
6. Resultado de questionários de satisfação dos colaboradores em aspetos relacionados com <i>coaching</i> e qualidade da auditoria
Processo

7. Número de horas despendidas no suporte de auditoria (funções de apoio à auditoria, <i>compliance</i> e Independência)
8. Número de consultas nas áreas de contabilidade e auditoria como percentagem do número de projetos de auditoria
9. Número de EQCRs (<i>Engagement quality control reviews</i>) e outros controlos de qualidade antes da emissão do relatório de auditoria como percentagem das revisões oficiais de contas, com EQCRs obrigatórios ou voluntários divulgados separadamente
10. Número de horas de EQCRs (<i>Engagement quality control reviews</i>) e outros controlos de qualidade antes da emissão do relatório de auditoria como percentagem das revisões oficiais de contas, com EQCRs obrigatórios ou voluntários divulgados separadamente
11. Percentagem de horas despendidas por especialistas de informática e outros tipos de especialistas nos projetos de auditoria, para entidades de interesse público e para não-EIP.
Output
12. Número de controlos de qualidade internos e externos, conduzidos depois da emissão do relatório de auditoria, como percentagem do número total relatórios de auditoria emitidos e resultados desses com controlos de qualidade.
13. Número de denúncias internas a violações das normas de independência, como percentagem do número total de colaboradores
14. Número de O número de erros fundamentais corrigidos, em que as demonstrações financeiras em que os erros foram cometidos foram auditados pela organização, como uma percentagem do número de relatórios de auditoria emitidos

Anexo 3. Resultados do primeiro exercício da aplicação do “Guia de Indicadores de Qualidade da auditoria, CMVM (2021)

Indicador	Tipo de indicador	Descrição dos resultados
Constituição das equipas	Indicador ao nível da firma	Reduzido envolvimento dos revisores de controlo de qualidade dos trabalhos (pode indiciar que as revisões de controlo de qualidade não estão a ser realizadas com a profundidade necessária);

		<p>Percentagem de envolvimento do sócio responsável pelo trabalho de auditoria (SR) em clientes de risco elevado é inferior face a clientes de risco normal (pode indiciar a inexistência de uma política adequada de envolvimento dos SR, tendo em conta a classificação de risco dos clientes);</p>
	<p>Indicador ao nível do projeto</p>	<p>Em algumas firmas e para determinadas EIP, a percentagem de envolvimento dos SR e/ou dos Gerentes é inferior à média da respetiva firma (pode indiciar um inadequado acompanhamento das equipas de auditoria e revisão dos papéis de trabalho)</p>
<p>Responsabilidades sob gestão</p>	<p>Indicador ao nível da firma</p>	<p>Em algumas firmas observou-se que a média de horas sob gestão do SR e/ou o número médio de projetos por SR é mais elevada quando comparado com as restantes firmas (pode indiciar, uma carga de trabalho excessiva, ou seja, o SR pode não estar a conduzir a sua atenção e foco para todos os projetos de auditoria sob sua responsabilidade)</p>
	<p>Indicador ao nível do projeto</p>	<p>Em algumas firmas e para determinadas EIP, as horas totais sob gestão do SR e o número de trabalhos de</p>

		auditoria sob gestão do SR são superiores à respectiva média da firma.
Experiência	Indicador ao nível da firma	<p>Em algumas firmas observou-se um menor número médio de anos de experiência em auditoria no que se refere às categorias de SR, Gerentes e Seniores;</p> <p>Em algumas firmas observou-se que o número médio de anos de experiência em auditoria, para algumas categorias profissionais, diverge significativamente do número médio de anos na firma (pode indicar um menor grau de incorporação dos valores e da cultura da respectiva firma de auditoria na sua atividade e na sua atitude);</p>
	Indicador ao nível do projeto	Não foram identificados riscos relevantes
Formação	Indicador ao nível da firma	<p>Numa firma observou-se uma média de horas anuais por colaborador de formação em Ética e Independência muito baixa</p> <p>Em algumas firmas observou-se uma média de horas anuais por colaborador de formação em Contabilidade e Auditoria baixa;</p> <p>Observou-se uma média de horas anuais de outras formações (e.g. soft</p>

		skills; confidencialidade/segurança da informação/proteção de dados; tratamento de dados em massa; ferramentas informáticas; PBCFT) baixa
Rotação dos colaboradores	Indicador ao nível da firma	<p>Em algumas firmas observou-se a saída de SR e “Gerentes”, sem substituição ou apenas com substituição parcial;</p> <p>Em todas as firmas observou-se a saída de “Seniores”, sem substituição ou apenas com substituição parcial.</p>
Horas por fases de auditoria	Indicador ao nível do projeto	<p>Em algumas firmas e para determinadas EIP, as horas dos elementos mais seniores das equipas dedicadas à fase de planeamento e estratégia da auditoria é muito reduzida (pode indiciar que as matérias críticas de auditoria não são tempestivamente identificadas e avaliadas);</p> <p>Para determinadas EIP, a percentagem total de envolvimento da equipa de auditoria na fase de planeamento é igual ou inferior à percentagem total de envolvimento da equipa na fase de conclusão/rela</p>
Resultados dos controlos de qualidade	Indicador ao nível da firma	<p>Numa firma observou-se uma percentagem de EIP objeto de monitorização interna e uma</p>

			<p>percentagem de SR incluídos no processo anual de monitorização muito baixas (pode indiciar uma menor relevância na melhoria da qualidade na prática da auditoria)</p>
Funções de controlo de qualidade	de de	Indicador ao nível da firma	<p>Numa firma observou-se um número médio de horas de colaboradores afetos a Funções de Controlo de Qualidade muito inferior à média das restantes firmas incluídas no âmbito (pode indiciar um menor compromisso em disponibilizar recursos para a realização, de forma consistente, de auditorias de qualidade)</p>